

Revisão da legislação do aborto

Até o próximo dia 6 de abril, a ministra Nilcéa Freire anuncia todos os nomes das/os integrantes da Comissão Tripartite que revisará a legislação do aborto, no país. Entre as/os componentes da sociedade civil, estarão representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo). As demais integrantes da sociedade serão as conselheiras do CNDM: Schuma Schumacher (representando AMB e AMNB), Ednalva Bezerra (SNMT/CUT), Lia Zanotta (Rede Feminista de Saúde) e Maria Elvira (Mulheres do Mercosul).

Do Poder Executivo, já estão confirmadas as participações dos Ministérios da Saúde e Justiça, Casa Civil, Secretarias da Presidência e Especial de Direitos Humanos, além da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, que coordena a Comissão. Do Legislativo, sabe-se que serão três parlamentares do Senado e três da Câmara. A Comissão trabalhará sessenta dias, podendo ter seu prazo prorrogado por igual período.

Movimentos sociais contra cortes no orçamento público

No contexto da movimentação nacional por orçamento nas políticas sociais do Governo, a AMB, o CFEMEA, o Fórum Brasil do Orçamento (FBO) e o UNIFEM promovem, entre 13 e 15 de junho próximo, em Brasília, o seminário "A dinâmica do orçamento público na promoção da justiça social".

O evento discutirá o contexto das políticas públicas no governo Lula e procurará responder a uma preocupação dos movimentos sociais em relação ao que não se vê, nem se sabe sobre a totalidade dos gastos públicos, incluindo receitas e despesas de estatais. Atuar por políticas com orçamento é um dos eixos da agenda da AMB para 2005, aprovada em novembro do ano passado pelo IX Comitê Político Nacional.

Movimento de mulheres avalia compromissos do Governo brasileiro

Nos próximos dias 04 e 05, em Brasília, articulações e redes do movimento de mulheres participam do Fórum de Discussão sobre as Recomendações dos Comitês CEDAW e DESC na Área de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos das Mulheres.

No Fórum, as representantes do movimento vão avaliar se o Governo brasileiro está cumprido os compromissos assumidos internacionalmente na ratificação da CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher) e do PIDESC (Pacto de Direitos Econômicos Sociais e Culturais). Além disso, as representantes debaterão propostas no sentido de que sejam efetivadas as recomendações dos dois Comitês.

Concluído o Fórum, o movimento de mulheres debate, no dia 6, sobre a produção de um segundo relatório da sociedade civil, que poderá ser elaborado em contraponto ao documento que o Governo irá apresentar. No relatório, o Governo deverá demonstrar se cumpriu, ou não, os compromissos firmados na Convenção, especialmente as recomendações feitas para o Brasil, em particular.

Carla Batista, da secretaria executiva da AMB, participará do Fórum e da reunião. Além do movimento de mulheres e de integrantes de Agende, que convocou os dois eventos, participam: Sílvia Pimentel, vice presidente do Comitê CEDAW, Flávia Piovesan e Leila Linhares.

A perspectiva de Agende, ao convocar o Fórum e a reunião, é propiciar um espaço de debate e articulação, de modo que o movimento de mulheres continue a atuar no processo do relatório brasileiro à CEDAW.

Igualdade Racial

Recebemos e divulgamos informe de Elaine Soares (ACMUN), da Comissão organizadora da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (30jun-02Jul/05), sobre o calendário das conferências estaduais, onde serão indicadas/os as/os delegadas/os para o evento nacional.

Em abril, acontecem as conferências dos estados do Ceará e Sergipe (08 e 09); São Paulo (15 e 16); Paraná (18 a 20); Roraima (22 e 23); Alagoas (25 e 26); Amazonas (27 e 28); Paraíba (29 e 30); e Pernambuco (30 de abril e 01 de maio).

Observatório da Violência contra a Mulher - Debater a violência construindo direitos. Com esta perspectiva, o SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia promoveu ontem (31), em Recife, I Fórum de Diálogo sobre a Violência contra a Mulher em Pernambuco, que reuniu representantes do poder público, estadual e municipal, e representantes do movimento de mulheres e de outros movimentos sociais. O Fórum foi antecedido de uma oficina (dia 30) com representantes de organizações da sociedade civil e de um encontro com a imprensa e a mídia alternativa local.

As atividades contaram com o apoio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e tiveram por objetivo instituir um processo de monitoramento e construção de propostas políticas para o enfrentamento da violência contra as mulheres, em Pernambuco. Neste sentido, a iniciativa pretende contribuir para a interlocução entre poder público e movimentos sociais, especialmente o movimento de mulheres. Mais informações com a equipe do Observatório: Ana Paula Portella, Verônica Ferreira e Sheila Bezerra (sos@soscorpo.org.br).

Contra a exploração sexual

O I Seminário Regional sobre Tráfico de Seres Humanos para fins de Exploração Sexual, realizado ontem (31) e hoje (01), em Belém, entre outros temas, debateu prostituição, com a presença de Gabriela Leite (Associação Nacional de Prostitutas) e Tráfico de seres humanos e Gênero, a partir de palestras de Analba Brazão (coord. exec. AMB), e de Graça Costa, do Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense. Além de Graça, Domingas Caldas, outra ativista do Fórum, esteve diretamente envolvida na organização do seminário.

Povos Indígenas lançam manifesto

Em entrevista coletiva realizada ontem, 31, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputadas/os, o Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas (FDDI) deu início a uma mobilização contra a política indigenista do governo Lula. Chamada de “Abril Indígena”, a mobilização promoverá manifestações regionais, nos estados, na penúltima semana deste mês, e um grande acampamento intitulado “Terra Livre”, na Esplanada dos Ministérios, a partir de 24 de abril.

No acampamento serão discutidas propostas alternativas, como a criação de um Conselho Nacional de Política Indigenista com a participação de organizações indígenas e outras instituições da sociedade civil. A mobilização se encerra dia 3 de maio, quando mulheres e homens indígenas se reunirão à Marcha da Via Campesina.

O FDDI é composto pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Conselho Indígena de Roraima (CIR), Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Instituto Socioambiental (ISA), Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e Comissão Pró-Yanomami (CCPY). Informações: comunicacao@coiab.com.br.

Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

Lançado dia 22 de março, em Brasília, pelo Ministério da Saúde, o Plano Nacional de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos que, de acordo com o ministro Humberto Costa, pretende “transformar em igualdade de direitos, para as mulheres, as garantias constitucionais no que se refere às suas vidas sexuais e reprodutivas”. Segundo Costa, está será uma política de governo, na qual estarão envolvidos outros ministérios e secretarias”.

No Plano, o Governo defende a oferta de meios para o exercício de direitos reprodutivos em sua integralidade, portanto, não só para contracepção, mas também para a concepção. Além disso, prevê investimento na educação para gestores, profissionais e população, ampliação da distribuição de métodos anticoncepcionais reversíveis, sensibilização e acesso para esterilização cirúrgica voluntária (respeitando a legislação) para a população masculina, na perspectiva de que a contracepção não cabe apenas às mulheres.

Um destaque do evento, no Ministério, foi o debate sobre a revisão da Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes e a criação da Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento.

CONtextos - Frente à polêmica criada a partir

da Norma Técnica do Ministério da Saúde que, com base no Código Penal, dispensa médicas/os de exigirem BO de mulheres que engravidaram após estupro, divulgamos artigo da jurista Sílvia Pimentel e da procuradora Juliana Belloque.

As autoras consideram que a Norma contribui para a humanização do atendimento na rede pública e enfraquece estereótipos que ameaçam direitos das mulheres e “são absorvidos também pelos operadores do direito e refletidos na prática jurídica”.